

OSTENSIVO



O EXCELENTÍSSIMO ELBRIDGE A. COLBY
Subsecretário da Guerra para Política de Defesa
Departamento de Guerra
Governo dos Estados Unidos da América

Conferência de Ministros da Defesa das Américas
“Discurso dos Ministros da Defesa”
8 de julho de 2026

Tradução por WJPC

Discurso na Conferência dos Ministros da Defesa das Américas

Obrigado e bom dia.

É uma grande honra estar aqui hoje em nome do Secretário da Guerra Pete Hegseth e do Departamento da Guerra dos Estados Unidos.

Permitam-me começar agradecendo ao Ministro Flores e à República do Peru por sediar a 17ª Conferência de Ministros da Defesa das Américas nesta bela e histórica cidade de Cusco. Esta conferência representa uma importante oportunidade para dialogarmos com Ministros da Defesa de todo o Hemisfério Ocidental, uma prioridade do governo Trump.

A situação que enfrentamos neste Hemisfério transformou-se profundamente desde a primeira reunião desta conferência, realizada em 1995, em Williamsburg. Aquele ano marcou o auge do chamado “momento unipolar”. Naquele período, a estratégia estadunidense e ocidental, bem como as percepções que a moldavam, eram orientadas por abstrações altamente idealistas. Havia a esperança, e de fato a convicção generalizada, de que havíamos chegado ao “fim da história”. Desafios significativos aos nossos interesses pareciam remotos. Não parecia existir qualquer alternativa crível ao neoliberalismo e à democracia. A política externa consistia, em grande medida, em lidar com os focos remanescentes de resistência a essas ideologias então ascendentes.

Como resultado, uma visão realista baseada na geografia e nos interesses nacionais foi deixada em segundo plano em favor do internacionalismo liberal e da chamada “ordem internacional baseada em regras”. Concentrar-se em nossa própria vizinhança por meio de uma estratégia concreta, que levasse em consideração o poder duro, parecia desnecessário e até mesmo inadequado.

Três décadas depois, gostando ou não, essa era ficou para trás.

O Presidente Trump enfrentou essa realidade de forma direta em seu primeiro mandato. Pela primeira vez em mais de uma geração, ele contestou pública e firmemente a noção de que as fronteiras eram uma relíquia do passado, de que o livre comércio irrestrito representava o destino inevitável da economia, de que o narcoterrorismo era uma condição inevitável e de que a rivalidade geopolítica havia se tornado obsoleta. Esses princípios foram claramente expostos na Estratégia de Segurança Nacional de 2017 e na Estratégia de Defesa Nacional de 2018.

Em seu segundo mandato, o Presidente Trump e sua administração vêm promovendo essa agenda de forma decisiva, não apenas reconhecendo essas realidades, mas reformulando ativamente a estratégia dos Estados Unidos e de seus aliados para enfrentá-las. Como a Estratégia de Segurança Nacional de 2025 e a Estratégia de Defesa Nacional de 2026 deixam claro, os Estados Unidos, sob a liderança visionária do Presidente Trump, serão guiados por um realismo flexível que prioriza nossos interesses nacionais mais vitais. Essa estratégia enxergará o mundo como ele realmente é, como exige uma boa estratégia, e agirá de acordo com essa realidade para servir aos interesses concretos e práticos dos cidadãos estadunidenses.

Como é evidente para todos, isso implica uma mudança fundamental em nossa abordagem em relação ao Hemisfério Ocidental.

Durante a última geração, o próprio Hemisfério onde nosso país está localizado foi — para ser franco — relegado a um papel secundário na imaginação estratégica dos Estados Unidos. Isso foi consequência da mentalidade característica do momento unipolar. Os líderes dos Estados Unidos naquele período demonstraram plena disposição para empregar os recursos, o poder e até mesmo a vida de nossos militares na tentativa de pacificar regiões distantes, muito além de nossas orlas. De certo modo, concentrar nossa estratégia, e especialmente nossas Forças Armadas, no Hemisfério Ocidental e nos problemas que enfrentamos aqui parecia, para muitos dos bien pensant, algo vulgar, aquém da dignidade de nossas forças armadas. Para esses autoproclamados luminas da elite liberal global, enfrentar o crescente flagelo das drogas, da migração descontrolada e da criminalidade desenfreada era, na melhor das hipóteses, inadequado e, na pior, impróprio.

Ainda hoje é possível perceber essa mentalidade em grande parte dos comentários que criticam nossa administração e sua prioridade conferida ao Hemisfério Ocidental. Muitas dessas vozes prefeririam retornar àquela abordagem fracassada. No entanto, essa suposta negligência benigna revelou-se, na prática, profundamente nociva.

Os fatos falam por si mesmos. Nas últimas décadas, o flagelo do narcoterrorismo na América Latina agravou-se significativamente. Um número recorde de cidadãos estadunidenses, bem como de cidadãos dos seus próprios países — centenas de milhares, senão milhões — perderam a vida em decorrência das drogas letais e da violência causada por narcoterroristas. Regimes de extrema esquerda que dão sustentação aos narcoterroristas multiplicaram-se em todo o Hemisfério, da Venezuela do Maduro à Nicarágua do Ortega e à Bolívia do Evo. Esses mesmos governos, juntamente com seus aliados na região, também facilitaram uma migração em massa descontrolada ao fracassarem em seus próprios países e exportarem esse fracasso para o nosso. Isso resultou na pior crise de fronteira da história dos Estados Unidos e desestabilizou muitas de nossas sociedades. Nas últimas décadas, centenas de milhares, ou até mais, de cidadãos estadunidenses morreram em consequência das drogas provenientes do sul e da criminalidade associada a esse tráfico pernicioso. O número total de mortes rivaliza e talvez até supere o custo humano das guerras mais letais dos Estados Unidos, inclusive da nossa Guerra Civil.

Sob a liderança do Presidente Trump, portanto, passamos a enxergar o Hemisfério Ocidental de maneira diferente. Nós o observamos sob a perspectiva do realismo flexível, da América Primeiro, e do bom senso. Sob essa ótica, o Hemisfério Ocidental, especialmente as regiões vizinhas da América Central, do Caribe e do norte da América do Sul, são essenciais para garantir a segurança do território nacional dos Estados Unidos e, conseqüentemente, a segurança e a prosperidade dos cidadãos estadunidenses.

Essa é a própria essência do bom senso. Já não separamos a estratégia de defesa dos Estados Unidos das preocupações dos cidadãos comuns — seja da inundação de drogas letais em suas comunidades e da terrível violência que as acompanha, seja dos impactos da migração ilegal descontrolada em nosso país. Enfrentar essas ameaças aos cidadãos estadunidenses foi a razão pela qual o Presidente Trump foi eleito, apesar da intensa resistência das elites políticas e institucionais de nosso país. E estamos cumprindo esse compromisso.

Na prática, isso significa que toda a administração — incluindo, de forma muito direta, o Departamento da Guerra — está concentrada nessas preocupações e, por conseguinte, no

Hemisfério Ocidental. Essa abordagem geral foi exposta de forma eloquente pelo Presidente Trump e pelo Secretário Rubio durante o Shield of the Americas, bem como pelo Secretário Hegseth e pelo Conselheiro de Segurança Interna Stephen Miller na Americas Counter Cartel Conference — ou, como a chamamos, a A Triple C. O Departamento da Guerra orgulha-se de desempenhar um papel fundamental nesse esforço.

É importante deixar claro que esta não é uma situação em que, para quem só tem um martelo, tudo parece um prego. O papel do Departamento da Guerra integra um esforço coordenado de todo o governo, que envolve uma colaboração ativa com parceiros em toda a região.

Ao mesmo tempo, porém, trata-se de um sinal inequívoco de que os recursos de defesa nacional dos Estados Unidos farão parte do enfrentamento dessas ameaças letais contra os cidadãos estadunidenses. Não trataremos o ISIS ou a Al-Qaeda deste Hemisfério, que colocam vidas estadunidenses em risco, com complacência ou excessiva cautela, em vez de tratá-las com a firmeza que a ameaça exige, simplesmente porque atuam no Hemisfério Ocidental e não no Oriental.

Ao contrário, empregaremos todos os recursos dos Estados Unidos para enfrentar essas ameaças, incluindo as nossas Forças Armadas. Isso ficou amplamente demonstrado na Operação Southern Spear, na qual o Departamento da Guerra adotou uma postura ofensiva contra as ameaças representadas pelos narcoterroristas — não para substituir outros esforços, mas precisamente para fortalecê-los. A solução duradoura para essas ameaças não será alcançada exclusivamente, nem mesmo principalmente, por meio do poder militar dos Estados Unidos; ela exigirá uma estreita colaboração com nossos parceiros e esforços coordenados entre os diversos órgãos de nosso governo.

Porém, nosso poder militar contribuirá para viabilizar, proteger e impulsionar esses esforços. É por isso que consideramos as operações cinéticas conjuntas, lideradas por nossos parceiros e realizadas em cooperação com suas forças armadas, como multiplicadores de força. Elas ajudam a criar as condições para que outras áreas do governo dos Estados Unidos e, mais importante ainda, os próprios governos dos senhores, possam atuar e encontrar soluções para os profundos problemas estruturais enfrentados por seus países e por nossa região como um todo.

A prova do sucesso e da atratividade dessa abordagem está justamente no fato de ouvirmos, com frequência, de parceiros em todo o Hemisfério, inclusive de muitos dos senhores aqui presentes, o quanto nossos esforços militares ampliados são importantes e bem-vindos.

Acho que tudo isso já está muito claro para todos os senhores. Gostaria, contudo, de enfatizar dois pontos adicionais de especial importância.

Em primeiro lugar, os esforços do Departamento da Guerra no Hemisfério Ocidental integram uma estratégia geopolítica e de defesa mais ampla, que procurarei expor em linhas gerais.

Em segundo lugar, e este ponto é particularmente importante para todos os senhores, sustentamos que o êxito dessa estratégia, bem como de seus componentes de defesa, também é do interesse de seus países. Permitam-me explicar por que acreditamos que esses esforços dos Estados Unidos não representam uma imposição sobre suas nações, mas, ao contrário, constituem um convite e uma oportunidade para os senhores e para toda a região.

Permitam-me explicar.

Em primeiro lugar, a intensificação e a continuidade das atividades do Departamento da Guerra neste Hemisfério fazem parte de uma estratégia geopolítica e de defesa mais ampla.

Chamamos essa estratégia de Corolário Trump à Doutrina Monroe — ou, talvez de forma mais memorável, a Doutrina Donroe. Conforme estabelecido na Estratégia de Segurança Nacional e na Estratégia de Defesa Nacional, esse Corolário Trump afirma que os Estados Unidos vão “proteger nosso território nacional e nosso acesso aos terrenos estratégicos em toda a região. Impediremos que adversários posicionem forças ou outras capacidades ameaçadoras em nosso Hemisfério”.

Esse Corolário está enraizado na histórica Doutrina Monroe. Reconheço que a Doutrina Monroe tem sido um tema controverso na América Latina e frequentemente apontada como uma das principais responsáveis pelos problemas da região.

Naturalmente, rejeitamos essa interpretação. Ao mesmo tempo, fazemos questão de distinguir aquilo que estamos propondo e realizando da caricatura frequentemente associada à Doutrina Monroe. Associamos nossos esforços ao que entendemos ser a Doutrina Monroe corretamente compreendida. Essa interpretação não corresponde à versão distorcida frequentemente apresentada. Ao contrário, a Doutrina Monroe, corretamente entendida, trata precisamente de fortalecer, capacitar e apoiar a independência, a segurança e a prosperidade das nações da América Latina e do Caribe.

Voltemos ao início. Quando a Doutrina foi proclamada pelo Presidente Monroe e pelo Secretário de Estado John Quincy Adams, em 1823, seu propósito era evidente: impedir que os países europeus voltassem a subordinar as recém-independentes nações latino-americanas. Após a derrota de Napoleão, seu objetivo era impedir que Espanha, Portugal, França e outras potências revertessem as heroicas lutas pela independência em toda a América Latina, de Santander na Colômbia, a Páez na Venezuela; e de Hidalgo no norte, a Bonifácio e San Martín no sul.

É importante recordar que, naquele momento, os Estados Unidos ainda não possuíam poder militar suficiente para sustentar essa política. Na prática, a estratégia estadunidense consistia em beneficiar-se da capacidade naval da Marinha Real Britânica para impedir que França, Espanha ou Portugal recuperassem seus antigos domínios. Portanto, sabemos reconhecer o oportunismo quando o vemos — afinal, fomos seus primeiros grandes praticantes!

Com o passar do tempo, entretanto, à medida que os Estados Unidos ampliaram seu território, fortaleceram sua capacidade nacional e, por fim, seu poder militar, passaram a assumir o papel de garantidores da Doutrina Monroe. Ao final de nossa Guerra Civil, quando Napoleão III buscou instalar um monarca estrangeiro no México, os Estados Unidos apoiaram as forças que lutavam para derrubar Maximiliano I do México, ao mesmo tempo em que mobilizaram suas experientes tropas ao longo da fronteira. Da mesma forma, nosso último confronto perigoso com a Grã-Bretanha, quando estivemos próximos de um conflito, ocorreu na década de 1890, quando fizemos cumprir a Doutrina Monroe para assegurar uma arbitragem internacional pacífica sobre o que hoje constitui a fronteira soberana entre Venezuela e Guiana.

Durante a Segunda Guerra Mundial, as poderosas forças militares dos Estados Unidos impediram

que as potências do Eixo penetrassem na América Latina. Posteriormente, durante a Guerra Fria, os Estados Unidos permaneceram ao lado daqueles que, na região, se opunham à imposição do marxismo-leninismo, cujos efeitos perniciosos permanecem visíveis para todos em Cuba comunista, localizada a menos de 100 milhas da costa dos Estados Unidos.

É por essa razão que, historicamente, muitos países latino-americanos compreenderam o papel dos Estados Unidos como o de um facilitador, e não de um supressor, de sua independência. Foi durante a visita de Estado ao Peru, há mais de um século, do grande político estadunidense Elihu Root, importante conselheiro do Presidente Theodore Roosevelt, responsável por conduzir os Estados Unidos ao cenário mundial, que um presidente peruano declarou, com gratidão, que os Estados Unidos “nos fortaleceram desde os primeiros dias de nossa vida independente por meio da proteção que a admirável visão de outro grande político de seu país estabeleceu em torno do solo americano”.

Esse líder peruano não estava sozinho. Seu ministro das Relações Exteriores afirmou ao Secretário Root que a Doutrina Monroe constituía “uma barreira intransponível para uma América livre e inconquistável”. Em toda a região, um político brasileiro declarou que “é necessário que a Doutrina Monroe triunfe”, enquanto um célebre general argentino afirmou que “a declaração daquele presidente estadunidense foi o ato culminante daquela grande epopeia... um registro de honra”.

Não afirmo que nosso histórico seja perfeito. Isso seria insensato. A perfeição não constitui um padrão razoável nas relações internacionais, e estamos dispostos a comparar nossa trajetória à de qualquer outro país.

O que afirmo é que a melhor tradição da Doutrina Monroe consiste em proteger nossa própria segurança e nossos próprios interesses por meio do fortalecimento e da capacitação das nações latino-americanas. E é justamente nessa tradição da Doutrina Monroe que fundamentamos o Corolário Trump. Esse aspecto é essencial para compreender o que torna nossa abordagem diferente.

Agora, permitam-me explicar por que essa abordagem é compatível, em termos práticos, com o sucesso de seus países. Não pretendo fazê-lo recorrendo a uma retórica rebuscada nem apresentando os Estados Unidos como uma espécie de benfeitor kantiano. Isso não seria crível, tampouco apropriado. Nosso dever no governo dos Estados Unidos é servir aos interesses dos cidadãos estadunidenses. Fazê-lo de maneira esclarecida e moral, sim, mas sempre colocando os interesses de nosso povo em primeiro lugar, assim como os senhores fazem, e devem fazer, em relação aos seus próprios povos.

Assim, apresentarei esse argumento sob a perspectiva da franqueza e do realismo em relação aos nossos interesses e aos dos senhores. Essa é uma das marcas da administração do Presidente Trump. Relacionamo-nos com nossos interlocutores com honestidade e clareza, o que, para nós, constitui uma forma de respeito. Cortesia e um bom grau de decoro são sempre bem-vindos. Contudo, ao longo da última geração, fomos longe demais. Nossa retórica tornou-se profundamente dissociada da realidade de nossos interesses. Passamos a falar sobre o destino de povos situados do outro lado do mundo como se fosse tão importante para nós quanto o de nossos próprios vizinhos.

Pensar e agir dessa forma, evidentemente, não beneficiou nossos aliados nem nossos vizinhos. Felizmente, sob a liderança do Presidente Trump, isso mudou, e não fazemos qualquer esforço para ocultá-lo.

Nesse espírito, entendemos que bons amigos devem ser sinceros uns com os outros. É com esse espírito que me dirijo aos senhores hoje.

Nessa mesma linha, sustento que o interesse próprio esclarecido dos Estados Unidos em relação aos senhores não consiste em explorá-los, subordiná-los ou torná-los dependentes. Pelo contrário, o interesse dos Estados Unidos, conforme expresso no Corolário Trump à Doutrina Monroe, reside justamente no sucesso de seus países — em sua maior prosperidade, segurança e estabilidade como sociedades livres.

Por que isso?

Para ser absolutamente franco, os Estados Unidos não precisam de seus bens ou sua dependência. A realidade é que os Estados Unidos são um país de dimensões continentais, de longe o Estado mais poderoso do mundo, detentor do maior e mais dinâmico mercado global, da economia mais produtiva, da moeda dominante, de vastas reservas de recursos naturais e de amplas relações de segurança e econômicas em todo o mundo, entre muitas outras vantagens. Em consequência, não necessitamos de possessões imperiais nem de dependências, nem mesmo sob uma perspectiva estritamente realista da política internacional.

É isso que diferencia os Estados Unidos da maioria dos impérios da história. A Inglaterra do início da Era Moderna ocupava parte de uma pequena ilha no extremo noroeste da Europa; para tornar-se uma grande potência, necessitava de possessões imperiais e de territórios dependentes. Aliás, acabamos de celebrar os 250 anos de nossa independência, conquistada em grande medida graças à determinação de nossos antepassados de não permanecerem como uma dependência da Inglaterra e de sua hegemonia econômica. Da mesma forma, Portugal, no início da Era Moderna, era um pequeno Estado localizado na costa ocidental da Península Ibérica. Também precisava de colônias e de territórios dependentes para afirmar-se como grande potência.

Nós somos completamente diferentes. Já somos, como afirmavam nossos Fundadores, um “império da liberdade em nós mesmos”.

Digo isso com orgulho, evidentemente, e não com arrogância. Faço-o para oferecer aos senhores uma base crível para aquilo que estou prestes a afirmar.

Além disso, somos seus vizinhos. As antigas potências imperiais da região não o eram. Por essa razão, essas potências extrarregionais jamais possuíram o interesse profundo e permanente que nós temos em relação à segurança, à estabilidade e à prosperidade de longo prazo de seus países. Diferentemente delas, temos um interesse direto e duradouro em seu êxito.

Por essas razões, nosso principal interesse reside no sucesso de seus países.

Vivemos na mesma vizinhança. Portanto, somos diretamente afetados pelas escolhas que os senhores fazem em relação à segurança e à defesa de seus países. Em particular, somos diretamente afetados pelas externalidades negativas que transbordam da região para o nosso país. Nosso povo está morrendo em grande número por causa das drogas que chegam ao

nosso território e da criminalidade que as acompanha. Nossa sociedade foi prejudicada e profundamente desestabilizada pela migração ilegal em massa. E dificilmente preciso lembrar aos senhores o quanto suas próprias sociedades também foram prejudicadas por esses fenômenos.

Assim, nosso principal interesse na região é mitigar e enfrentar essas ameaças. Uma parte fundamental desse esforço consiste em proteger nossa fronteira e reverter as políticas migratórias desastrosas do passado. Também envolve combater os precursores do fentanil e outras drogas letais, bem como enfraquecer a ameaça narcoterrorista que lucra com a morte de cidadãos estadunidenses. Mas, como afirmou o Secretário Hegseth, nossas fronteiras devem ser a última linha de defesa do território nacional, e não a primeira.

Também reconhecemos que a única forma duradoura de solucionar esses problemas é por meio do progresso de seus próprios países. Somente se suas nações crescerem, prosperarem, tornarem-se mais seguras e mais estáveis, o comércio de drogas se tornará menos atrativo, a criminalidade será reduzida e as pessoas terão maior incentivo para permanecer em seus próprios países. Isso deixa claro que nosso interesse está no sucesso dos senhores.

Agora, permitam-me ser claro: isso já foi afirmado anteriormente, mas geralmente por parte daqueles que defendiam uma espécie de visão de “Corpo da Paz” para a política estadunidense em relação à América Latina, ou uma abordagem baseada nas chamadas “causas raiz”, que buscava resolver políticas inadequadas por meio do simples aumento de gastos. Essas políticas fracassaram, em grande parte, porque aqueles que as promoveram também enxergavam os senhores como dependentes — como beneficiários de assistência estadunidense, em vez de parceiros capazes e obrigados a assumir responsabilidade por sua própria segurança e desenvolvimento. O que oferecemos é uma alternativa mais realista e fortalecedora. Uma alternativa que não contrapõe a defesa ao desenvolvimento, como ocorria nas visões do passado, mas reconhece que a defesa é uma condição básica para o desenvolvimento econômico nacional.

O Departamento da Guerra desempenha um papel fundamental nesse processo. Nosso governo não está apenas oferecendo oportunidades para a colaboração econômica e para reuniões diplomáticas, por mais importantes que sejam. Mais exatamente, estamos reorientando nossas forças militares e nossa estrutura de segurança para ajudá-los a promover maior segurança e estabilidade e, em última instância, o desenvolvimento em seus países. Buscamos seu sucesso na proteção da nossa vizinhança comum. Essa abordagem baseada em interesses constitui uma base mais sólida para nossa colaboração e para uma presença estadunidense duradoura.

O que isso significa é que estamos aqui para oferecer uma mão amiga na recuperação do controle sobre seus territórios, na proteção de suas fronteiras em consonância com nossos próprios esforços de segurança fronteira, na desarticulação e derrota dos narcoterroristas que aterrorizam todos os nossos povos e no fortalecimento de sua soberania e estabilidade, todos eles elementos fundamentais para possibilitar uma maior prosperidade.

Mas, como aprendemos por meio de experiências difíceis ao redor do mundo, isso somente funcionará se os senhores demonstrarem a vontade política, a clareza e a seriedade necessárias para alcançar o sucesso.

Essa abordagem lhes exige que empreguem o uso da força eficaz e ações governamentais

concretas para dismantelar organizações narcoterroristas e proteger suas fronteiras. Não apenas porque isso é essencial para a segurança pública, mas porque permite otimizar recursos limitados e criar as condições necessárias para a segurança e a prosperidade.

Isso pode e deve incluir uma cooperação ampliada com as Forças Armadas dos Estados Unidos quando necessário. Contudo, nosso objetivo também é que essas operações sejam lideradas pelos senhores, com capacidades fortalecidas que ajudaremos seus países a adquirir e dominar.

Em segundo lugar, pedimos-lhes que protejam seus ativos estratégicos. A proteção desses ativos é uma questão de defesa nacional. Esses são temas que envolvem, e devem envolver, os senhores como líderes na área da defesa, mas será necessária a iniciativa por parte dos senhores para mostrar esse compromisso nos seus próprios países. Isso não é apenas uma pré-condição para investimentos e desenvolvimento, embora também o seja. É também uma parte fundamental de sua responsabilidade na garantia de uma paz duradoura.

À medida que os Estados Unidos trabalham com aliados e parceiros ao redor do mundo para assegurar equilíbrios de poder favoráveis nas regiões mais importantes do planeta, não lhes pediremos que projetem poder para além desta região. Ao contrário, tudo o que solicitamos é que trabalhem conosco para impedir que qualquer ator tenha a capacidade de reivindicar e explorar tais ativos estratégicos neste Hemisfério.

Em terceiro lugar, e por fim, é fundamental que os senhores invistam mais em sua própria defesa. Não há razão para que qualquer país, particularmente aqueles que enfrentam ameaças significativas de narcoterrorismo, destine tão pouco de seus recursos à defesa. De fato, alguns chegam a gastar menos de um por cento de seu Produto Interno Bruto em defesa nacional. Isso viola o bom senso, e estamos demonstrando o caminho sob a liderança do Presidente Trump e do Secretário Hegseth. Enquanto isso, nossos aliados em todo o mundo, inclusive na Europa, estão agora avançando em direção a níveis significativamente mais elevados de gastos: 3,5% em investimentos militares essenciais e um adicional de 1,5% em despesas relacionadas à segurança.

Isso também é possível aqui. Tomemos como exemplo o Peru, que acabou de realizar uma das maiores aquisições de F-16 do mundo. A compra dessas aeronaves não representa apenas um investimento na defesa do Peru, mas também um passo importante para o alinhamento com a indústria de defesa estadunidense, trazendo investimentos e atividade econômica para ambos os países. Este é um modelo para o nosso Hemisfério.

Permitam-me concluir dizendo que o Corolário Trump à Doutrina Monroe oferece um modelo para a defesa e a prosperidade hemisféricas. Ele representa a restauração de um Estados Unidos forte em nosso Hemisfério, mas também constitui um convite a parceiros fortes, confiáveis e eficazes, que levem sua própria defesa a sério. Trata-se de uma abordagem realista, baseada no alinhamento entre nossos interesses razoavelmente concebidos e os dos senhores — e na determinação de buscá-los.

Há pouco mais de uma década, um Secretário de Estado estadunidense declarou com orgulho que a Doutrina Monroe estava “concluída”. Na prática, essa abordagem significou a negligência estadunidense diante dos desafios reais de nossa vizinhança e a negligência em relação à defesa de nosso próprio território nacional. O resultado não foi um Hemisfério fortalecido, com nações mais fortes. Na realidade, foi exatamente o oposto.

Sob a liderança do Presidente Trump e por meio do Corolário Trump à Doutrina Monroe, estamos adotando uma abordagem diferente e melhor — melhor não apenas para os cidadãos estadunidenses, mas também para os senhores. Juntos, temos um caminho não apenas para um Estados Unidos mais forte neste Hemisfério, mas também para um futuro mais forte, seguro, livre e próspero para todos os senhores. Queremos parceiros fortes, confiáveis e eficazes, e não parceiros frágeis e dependentes.

Exortamo-los a aproveitar esta oportunidade.

Muito obrigado.

Elbridge A. Colby, Subsecretário da Guerra para Política de Defesa



Elbridge A. Colby atua como Subsecretário de Guerra para Política de Defesa. Nessa função, é o principal assessor do Secretário de Guerra em assuntos de defesa e política externa. Entre suas responsabilidades estão liderar a elaboração e supervisionar a implementação da Estratégia de Defesa Nacional. Também é responsável por uma série de estratégias e avaliações relacionadas, voltadas ao planejamento, à postura e à gestão da Força Conjunta. Além disso, Colby representa o Departamento perante outras agências do governo e governos estrangeiros.

Durante o primeiro mandato do Presidente Trump, Colby atuou como Subsecretário Adjunto de Defesa para Estratégia e Desenvolvimento da Força, de 2017 a 2018. Nesse cargo, liderou a elaboração e o lançamento da Estratégia de Defesa Nacional de 2018 da Administração, que reorientou o Departamento para priorizar a ameaça

representada pelo histórico fortalecimento militar da China e destacou a necessidade urgente de uma maior distribuição de responsabilidades entre os aliados. Colby também foi o principal representante do Departamento de Defesa na elaboração da Estratégia de Segurança Nacional de 2017.

Colby foi condecorado com as Medalhas de Serviço Público Distinto e Excepcional do Departamento de Defesa, bem como com os Prêmios de Honra Superior e Meritória do Departamento de Estado. Membro do Council on Foreign Relations, é graduado pelo Harvard College e pela Faculdade de Direito da Universidade de Yale.

